



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2002

MINISTRO DA FAZENDA
Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Everardo de Almeida Maciel

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Eduardo Refinetti Guardia

CHEFE DE GABINETE
Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS
Almério Cançado de Amorim
Renato Villela
Rubens Sardenberg
Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE
Alex Pereira Benício
Daniel Silva Balaban
Fabiana Magalhães Rodopoulos
José Cordeiro Neto
Lindemberg de Lima Bezerra
Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:
(61) 412-3970/3971

Informações:
Tel: (61) 412-2203
Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stncesef@fazenda.gov.br
Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 8, n. 10, out. 2002. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970
1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O governo central registrou superávit primário de R\$ 3,8 bilhões no mês de outubro. O Tesouro Nacional contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 5,0 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,1 bilhão e R\$ 58,2 milhões, respectivamente. Com esses resultados, o superávit do governo central acumulado no ano atingiu R\$ 33,8 bilhões, valor equivalente a 3,19% do PIB estimado para o período.

O resultado primário do governo central no mês de outubro foi superavitário em R\$ 3,8 bilhões.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Set 2002	Out 2002	Jan-Out 2001	Jan-Out 2002
I. RECEITA TOTAL	29.023,8	29.966,9	220.838,2	260.961,1
I.1. Receitas do Tesouro	23.267,4	23.875,6	172.028,5	205.838,4
I.1.1 Receita Bruta	24.010,9	24.829,0	177.527,9	212.514,7
I.1.2. (-) Restituições	-743,5	-953,5	-5.280,3	-6.577,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-219,0	-99,3
I.2. Receitas da Previdência Social	5.756,4	6.091,4	48.809,7	55.122,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.413,3	5.273,2	37.668,3	45.991,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	24.610,5	24.693,8	183.169,9	214.970,1
IV. DESPESA TOTAL	17.598,2	20.824,6	156.824,5	180.584,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.248,9	5.684,4	51.209,7	58.103,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.167,1	7.229,9	57.367,4	67.091,3
IV.3. Custeio e Capital	5.182,2	7.910,4	48.247,4	55.389,2
IV.3.1. Despesas do FAT	795,4	930,3	5.422,5	6.578,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	-55,4	1.435,2	3.837,6	2.099,5
IV.3.3. Outras Despesas	4.442,2	5.544,9	38.987,3	46.710,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	7.012,3	3.869,2	26.345,4	34.385,7
V.1. Tesouro Nacional	8.423,0	5.007,7	34.903,1	46.354,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.410,8	-1.138,5	-8.557,7	-11.968,5
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-86,8	-58,2	-550,4	-587,5
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	6.925,4	3.810,9	25.795,0	33.798,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,66%	3,19%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária.
(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários
(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Out2002/Out2001	
Receitas	18,2%
Tesouro	19,7%
Previdência	12,9%
Transferências	22,1%
Receita Líquida	17,4%
Despesas	15,2%
Benefícios	17,0%
Pessoal	13,5%
Custeio e Capital	14,8%

A receita do governo central cresceu 18,2% no período, atingindo o montante de R\$ 261,0 bilhões, contra R\$ 220,8 bilhões arrecadados até outubro do ano passado. Entre os principais fatores que contribuíram para esse crescimento, destacam-se as receitas extraordinárias deste ano, na maioria dos casos sem correspondência em 2001, tais como as decorrentes: i) da desistência de ações judiciais e administrativas e pagamento de débitos em atraso (R\$ 9,5 bilhões por fundos de pensão e R\$ 3,7 bilhões pelos demais contribuintes); ii) da cobrança da CIDE sobre combustíveis (R\$ 6,0 bilhões); e iii) da tributação sobre o lucro obtido na alienação de títulos públicos por empresa estatal (R\$ 1,1 bilhão). Além disso, merece destaque o aumento de R\$ 1,6 bilhão na receita de cota-parte de compensações financeiras, decorrente principalmente do

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	22,8%	24,7%
Transferências	3,9%	4,3%
Receita Líquida	18,9%	20,3%
Despesa Total	16,2%	17,1%
Resultado Primário	2,7%	3,2%

pagamento de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	3,6%	4,4%
Previdência Social	-0,9%	-1,1%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
Governo Central	2,7%	3,2%

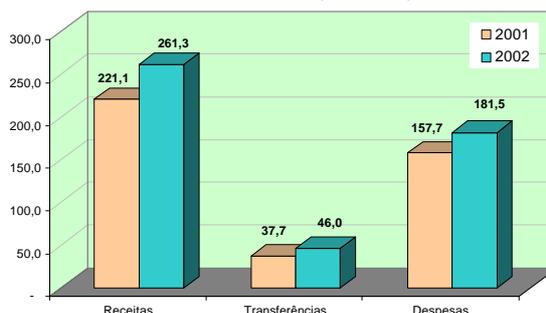
Em outubro, o destaque foi a arrecadação proveniente do aumento das operações de *swap* e da tributação sobre rendimentos obtidos em aplicações em fundos de renda fixa, que, em conjunto, contribuíram para o ingresso de R\$ 1,8 bilhão no mês, contra R\$ 605,0 milhões em setembro. Adicionalmente, as receitas com compensações financeiras totalizaram R\$ 1,4 bilhão em outubro, contra R\$ 503,6 milhões no mês passado.

As transferências a estados e municípios aumentaram R\$ 8,3 bilhões (22,1%) este ano, acompanhando, em parte, o comportamento das receitas partilhadas, particularmente do imposto de renda, que cresceu R\$ 18,1 bilhões (34,2%) em relação ao observado entre janeiro e outubro de 2001. O IPI, por outro lado, foi menor em R\$ 83,3 milhões (0,5%) no mesmo período de comparação. Com isso, as transferências totalizaram R\$ 46,0 bilhões este ano, e a receita líquida do governo central, excluindo as transferências, totalizou R\$ 215,0 bilhões, 17,4% acima da verificada até outubro do ano passado.

Até outubro de 2002, a realização nas despesas no âmbito do Fundo de Combate à pobreza totalizou R\$ 2,7 bilhões, contra R\$ 244,3 milhões no mesmo período do ano anterior.

As despesas do governo central cresceram R\$ 23,8 bilhões (15,2%) no período. As despesas com pessoal e encargos sociais elevaram-se R\$ 6,9 bilhões (13,5%) devido, entre os principais fatores, ao realinhamento salarial e reestruturação de carreiras específicas do funcionalismo público e ao aumento salarial de 3,5% concedido no início deste ano. Por sua vez, as despesas de custeio e capital cresceram R\$ 7,1 bilhões (14,8%). Destacam-se, nesse caso, o aumento de R\$ 1,2 bilhão (21,3%) nos gastos com seguro desemprego e abono salarial, relacionado, em grande medida, ao reajuste do salário mínimo a partir de abril deste ano. Além disso, no item “outras despesas de custeio e capital”, cresceram em R\$ 2,3 bilhões os gastos com ações na área da saúde, parcialmente em função do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, e em R\$ 1,6 bilhão os gastos com ações na área da educação.

Resultado do Governo Central
Brasil, Jan-Out (R\$ bilhões)



(*) Inclui receitas e despesas do Banco Central

No ano, o resultado primário do governo central aumentou R\$ 8,0 bilhões (31,0%) em relação ao mesmo período do ano passado.

No mês, o destaque foi a apropriação da parcela de R\$ 911,2 milhões relativa ao resultado da securitização da dívida agrícola, conforme previsto na Lei nº 9.138/1995. No ano passado, o valor apropriado, também em outubro, foi de R\$ 1,1 bilhão.

Por fim, a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 12,0 bilhões nos dez primeiros meses de 2002, contra R\$ 8,6 bilhões em igual período de 2001. Em grande medida, esse aumento deveu-se às despesas com benefícios previdenciários, cujo valor e quantidade médios cresceram respectivamente 11,6% e 3,5% este ano, quando comparado ao mesmo período do ano passado. Por outro lado, no mês de outubro, o déficit da Previdência caiu 19,3% em relação a setembro, devido, em grande medida, ao esforço despendido no gerenciamento e fiscalização da arrecadação, fator esse que contribuiu, em boa medida, para aumento de R\$ 221,3 milhões na contribuição das empresas. Além disso, houve, no mês, resgate de Certificados da Dívida Pública (CDP) no montante de R\$ 115,0 milhões, sem contrapartida em setembro.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Out (R\$ bilhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	48,8	55,1
Benefícios	57,4	67,1
Resultado Primário	-8,6	-12,0

Em outubro, a receita bruta do Tesouro Nacional aumentou R\$ 818,3 milhões (3,4%) em relação ao mês anterior. No âmbito dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) vale destacar o crescimento na arrecadação do IRRF-Rendimentos do Capital (R\$ 1,4 bilhão, 139,8%), em virtude da oscilação cambial no mês e seu impacto nos tributos incidentes sobre as operações de *swap* e dos fundos de renda fixa, além da elevação das receitas do IRRF-Rendimentos do Trabalho (R\$ 434,3 milhões, 28,3%) e da CPMF (R\$ 414,0 milhões, 25,1%), devido ao maior número de semanas de fatos geradores.

Por outro lado, apresentaram decréscimo: i) o IRPJ (R\$ 1,8 bilhão, 42,0%) e a CSLL (R\$ 145,9 milhões, 10,1%), explicado por pela arrecadação extraordinária em setembro proporcionada pela MP nº 66/2002; ii) o IRPF (R\$ 174,5 milhões, 43,6%), devido ao término, em setembro, do pagamento das cotas da declaração de ajuste do IRPF referente ao ano-calendário de 2001.

As demais receitas do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 649,4 milhões (31,0%) reflexo, principalmente, do recolhimento trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás, no montante de R\$ 932,0 milhões. A redução mais expressiva, por outro lado, ocorreu nas receitas de dividendos (R\$ 297,5 milhões), em virtude do pagamento em setembro pelo FND (R\$ 118,7 milhões) de dividendos relativos ao exercício de 2001, e pelo Banco do Brasil (R\$ 181,0 milhões), referentes ao primeiro semestre de 2002.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Até outubro de 2002, as receitas do Tesouro perfizeram 20,1% PIB, contra 18,3% no mesmo período de 2001.

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 212,5 bilhões, equivalente a 20,1% do PIB, contra 18,3% do PIB observada em igual período de 2001, quando perfez R\$ 177,5 bilhões. Observou-se incremento nas receitas de impostos e contribuições sociais equivalente a 1,9 ponto percentual do PIB, ao passo que as demais receitas do Tesouro Nacional diminuíram 0,2 ponto percentual do PIB.

O crescimento das receitas administradas pela SRF refletiu, principalmente, o pagamento de débitos tributários atrasados no montante de R\$ 13,2 bilhões, em conformidade com as MP nº 2.221/2001, 38/2002 e 66/2002, e à cobrança da CIDE – Combustíveis a partir de janeiro de 2002, totalizando R\$ 6,0 bilhões até outubro. Também contribuiu para o crescimento da receita a arrecadação extra, em janeiro, de R\$ 1,1 bilhão proporcionada pela tributação de lucro de empresa estatal, decorrente da permuta de títulos públicos.

Por outro lado, observou-se redução nominal de R\$ 1,4 bilhão no recolhimento do Imposto de Importação, em função da redução de 7,1% no valor em dólar das importações tributadas e de 18,7% na alíquota desse imposto.

Em proporção do PIB dos respectivos períodos, as demais receitas do Tesouro Nacional ficaram inferiores em 0,2 ponto percentual. Tal comportamento é explicado principalmente pela diminuição de R\$ 2,7 bilhões nas receitas de concessão, em função de arrecadação extraordinária ocorrida no ano anterior, relativa a leilão de serviços públicos nas áreas de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. Ademais, as receitas com os dividendos pagos à União apresentaram queda de R\$ 383,7 milhões (14,5%) em virtude dos menores pagamentos efetuados, principalmente, pela Petrobras, BNDES e Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Deve-se destacar que, em 2001, o FND efetuou recolhimento de dividendos acumulados referentes aos exercícios de 1999 e 2000.

Ainda no âmbito das “demais receitas”, verificou-se aumento de R\$ 1,6 bilhão (34,6%) na arrecadação de *royalties* e participação especial pela produção de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997). Tal variação decorreu do aumento da produção interna de petróleo e gás natural e do preço no mercado internacional, este influenciado também pela depreciação na taxa de câmbio. Por fim, vale mencionar a arrecadação atípica de depósitos judiciais relativos à dívida ativa no valor de R\$ 434,8 milhões, ocorrida em fevereiro de 2002.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Impostos	8,2%	9,2%
Imposto de Renda	5,4%	6,7%
IPI	1,7%	1,5%
Outros	1,1%	1,0%
Contribuições	7,8%	8,9%
Cofins	3,9%	4,0%
CPMF	1,5%	1,6%
CSLL	0,8%	1,1%
Cide - Combustíveis(*)	-	0,6%
Outras	1,6%	1,7%
Demais	2,2%	2,0%
Conta Petróleo		
Dividendos da União	0,3%	0,2%
Concessões	0,4%	0,2%
Outras	1,5%	1,7%
Total Bruto	18,3%	20,1%

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Out (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2001	2002
Petrobras	1.201,3	1.036,8
BNDES	549,9	444,4
FND	378,7	118,7
CVRD	148,1	102,5
ECT	47,20	124,8
Banco do Brasil	165,5	292,9
Demais	156,9	143,7
Total	2.647,6	2.263,8

Até outubro, as transferências a estados e municípios apresentaram crescimento de 0,5 ponto percentual do PIB, quando comparadas a idêntico período de 2001, o que corresponde a um incremento nominal de R\$ 8,3 bilhões (22,1%). As transferências constitucionais apresentaram acréscimo de R\$ 7,1 bilhões (23,8%), refletindo o recolhimento de débitos atrasados do Imposto de Renda.

As transferências relativas à Lei Complementar nº 87/1996 atingiram 0,31 ponto percentual do PIB, permanecendo praticamente no mesmo nível de 2001. Em termos nominais, esses repasses registraram acréscimo de R\$ 308,6 milhões (10,3%) em relação a idêntico período de 2001.

As demais transferências acumulam no ano R\$ 5,8 bilhões, superando em R\$ 924,2 milhões (18,9%) o valor registrado em igual período de 2001. Esse aumento concentrou-se nos repasses decorrentes dos *royalties* petróleo e participação especial estabelecidos na Lei nº 9.478/1997, cuja elevação foi de R\$ 516,0 milhões.

Em outubro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 13,6 bilhões, contra R\$ 10,4 bilhões de setembro. O aumento de R\$ 3,2 bilhões (30,3%) em relação ao mês anterior está associado, em grande parte, ao incremento de R\$ 2,7 bilhões nas despesas de custeio e capital, dos quais R\$ 1,5 bilhão relativo aos gastos com subsídios e subvenções econômicas.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 930,3 milhões no mês, contra R\$ 795,4 milhões (17,0%) em setembro. Contribuiu para esse resultado o incremento nas despesas com abono e seguro desemprego, que passaram de R\$ 747,3 milhões, em setembro, para R\$ 829,8 milhões no mês. Por sua vez, as demais despesas operacionais do FAT perfizeram R\$ 100,5 milhões, contra R\$ 48,1 milhões no mês anterior.

No âmbito do Programa das Operações Oficiais de Créditos, verificou-se o recebimento líquido de R\$ 55,5 milhões em setembro, contra despesa líquida de R\$ 1,4 bilhão no mês em análise. Contribuiu para tal resultado os seguintes fatores: i) apropriação do subsídio de R\$ 911,2 milhões relativo à securitização agrícola, com base nas Leis nº 9.138/1995, 9.866/1999 e 10.437/2002, sem correspondência no mês anterior (vide boxe 1); ii) incremento de R\$ 289,6 milhões na despesa com subsídio às exportações associadas ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex); e iii) acréscimo de R\$ 204,2 milhões nas despesas com subsídios no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), devido ao pagamento no mês de despesas de investimento relativas a agosto.

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Constitucionais	3,07%	3,48%
Desoneração do ICMS	0,31%	0,31%
Demais	0,50%	0,55%
Total	3,88%	4,34%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Set	Out
Pessoal e Encargos	5.248,9	5.684,4
Custeio e Capital	5.182,2	7.910,4
Despesas do FAT	795,4	930,3
Subsídios e Subvenções	-55,4	1.435,2
Outras	4.442,2	5.544,9

Boxe 1 – Securitização da Dívida Agrícola

A Lei nº 9.138, de 29/11/1995, autorizou a securitização e a repactuação da taxa de juros das dívidas originárias de crédito rural. A Lei nº 9.866, de 9/11/1999, conferiu aos produtores rurais, como incentivo à adimplência, bônus de até 30% do valor das prestações, além de prorrogação de parcelas. Posteriormente, a Lei nº 10.437, de 25/04/2002, concedeu, entre outros, os seguintes incentivos adicionais à adimplência: i) pagamento de 32,5% das prestações de 2001; ii) repactuação do saldo devedor da operação em até 24 anos; iii) dispensa da correção do saldo devedor pela variação do preço mínimo, desde que o pagamento das parcelas ocorra até a data pactuada; e iv) desconto adicional de até 20% para as liquidações de operações realizadas até 2006. O gasto primário com subsídio é obtido pela diferença entre as taxas de juros implícitas nos pagamentos efetuados pelo Tesouro junto às instituições financeiras e aquelas pagas pelos mutuários ao Tesouro (preço mínimo + 3% a.a), além do valor não pago referente ao bônus da adimplência. Assim, em outubro, as despesas do Tesouro montaram a R\$ 1.741,6 milhões, enquanto os recebimentos dos mutuários R\$ 830,4 milhões, o que perfaz uma despesa líquida com subsídios de R\$ 911,2 milhões. A partir de 1997, tais subsídios já totalizam R\$ 4,4 bilhões.

A rubrica “outras despesas de custeio e capital” apresentou acréscimo de R\$ 1,1 bilhão em relação a setembro, o que pode ser explicado, principalmente, pelo fato de que diversos órgãos efetuaram pagamentos com recursos que haviam sido liberados pelo Tesouro Nacional em meses anteriores. Registra-se, no mês, a realização da despesa por conta de créditos extraordinários no montante de R\$ 109,7 milhões para o pagamento de bônus de energia elétrica, consoante MP nº 72, de 8/10/2002.

**Despesas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**

No período de janeiro a outubro de 2002, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram acréscimo de 0,5 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 2001. As despesas com pessoal e encargos sociais elevaram-se o equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB, e os gastos de custeio e capital apresentaram elevação correspondente a 0,3 ponto percentual.

A rubrica pessoal e encargos sociais atingiu 5,5% do PIB, contra 5,3% do PIB no período do ano anterior. Em termos nominais, a despesa elevou-se em R\$ 6,9 bilhões devido ao crescimento vegetativo da folha salarial e aos seguintes fatores, sem correspondência em 2001:

- i) impacto, a partir de fevereiro deste ano, da revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001;
- ii) extensão, também a partir de fevereiro de 2002, do percentual de 3,17% aos servidores públicos incluídos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a MP nº 2.225, de 04/09/2001;
- iii) realinhamento salarial ocorrido em função da reestruturação de diversas carreiras do funcionalismo público, dentre as quais a carreira militar das

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
Jan-Out (% PIB)**

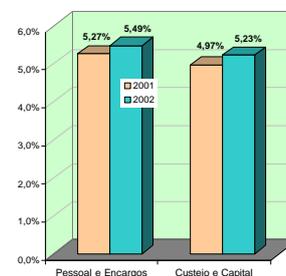
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Pessoal e Encargos	5,27%	5,49%
Custeio e Capital	4,97%	5,23%
Despesas do FAT	0,56%	0,62%
Subsídios e Subvenções	0,40%	0,20%
Outras	4,01%	4,41%

Forças Armadas, contemplada na MP nº 2.215-10, de 31/08/2001, com impacto financeiro a partir de julho de 2002, e da carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, consoante Lei nº 10.745, de 27/06/2002;

- iv) pagamento, em janeiro e julho deste ano, da segunda e terceira parcelas, respectivamente, do passivo do adicional do tempo de serviço (anuênios), consoante estabelecido no art. 8º da MP nº 2.169-43, de 24/08/2001, ao passo que em julho do ano anterior ocorreu o pagamento da primeira parcela;
- v) pagamento integral do passivo de 28,86%, a partir de novembro de 2001, para servidores públicos aposentados por invalidez e portadores de doenças graves, conforme estabelecido nas Portarias do Ministério do Planejamento nº 179, de 30/08/2001, e nº 256, de 07/11/2001.

Os gastos sob a rubrica “outras despesas de custeio e capital” passaram de 4,0% do PIB, para 4,4% do PIB. Destaca-se o incremento nos gastos com ações na área da saúde, parcialmente devido ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, os quais totalizaram R\$ 18,1 bilhões este ano, contra R\$ 15,9 bilhões em igual período do ano passado. Também, verificou-se crescimento nos gastos do Ministério da Educação, os quais perfizeram R\$ 5,3 bilhões este ano, contra R\$ 3,7 bilhões até outubro de 2001. Cabe mencionar que, até outubro de 2002, a realização de despesas no âmbito do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000, totalizou R\$ 2,7 bilhões, contra R\$ 244,3 milhões no ano anterior.

Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, Jan-Out (% PIB)



A rubrica “outras despesas de custeio e capital” apresentou aumento de 0,4 ponto percentual do PIB, comparativamente a igual período de 2001.

Boxe 2 – Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (Decreto nº 4.470/02) e medidas relacionadas à execução

Com a publicação do Decreto nº 4.470, de 13/11/2002, o governo federal ampliou em R\$ 1,2 bilhão os limites de movimentação e empenho e em R\$ 1,6 bilhão os limites de pagamento das despesas do Poder Executivo. Aos demais Poderes e Ministério Público da União (MPU), a ampliação dos limites de pagamento, de forma proporcional conforme estabelecido legalmente, foi de R\$ 20,6 milhões. Tal decisão tornou-se possível devido ao aumento da arrecadação constatada a partir de avaliação ao final do quinto bimestre. A nova reestimativa de receitas apontou para um acréscimo de R\$ 2,0 bilhões na receita líquida de transferências. É importante destacar que os limites de pagamento, objeto do Decreto, não comprometem a obtenção da meta de resultado primário prevista na LDO para o período.

Ainda em 13/11/2002, o Decreto nº 4.466/2002 dispôs sobre o empenho de dotações orçamentárias e procedimentos para contratação e licitação para o exercício de 2002 estabelecendo que: i) os órgãos e unidades orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social somente poderão empenhar recursos de suas dotações até 15 de dezembro de 2002; ii) proibição para a publicação de editais de licitação para compras e serviços do governo federal em valores acima de R\$ 30,0 mil, a partir de 22 de novembro. Após essa data, os gastos superiores a esse montante somente serão permitidos mediante autorização do respectivo Ministro de Estado. Tais diretrizes complementam as emanadas pelo Decreto nº 4.389, de 26/09/02, relativamente às despesas inscritas em restos a pagar em 2001, e não liquidadas, as quais passaram a ser objeto de anulação conforme as seguintes regras: i) no mínimo 50% dos saldos existentes em cada órgão ou unidade orçamentária, até 31 de outubro de 2002; ii) na totalidade dos saldos remanescentes em cada órgão ou unidade orçamentária, até 30 de novembro de 2002.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Out (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Agricultura	2.006,5	1.369,4
Custeio Agropecuário	132,6	174,4
Investimento Rural	45,9	88,0
Preços Agrícolas	383,7	-229,4
- EGF	2,2	7,2
- AGF	291,3	-329,4
- Sustentação de preços	90,2	92,8
Pronaf	322,0	425,4
PESA	29,0	0,0
Securitização (Lei 9.138)	1.093,3	911,2
Outros	975,3	508,9
Exportação (Proex)	975,3	496,3
Habitação (PSH)	0,0	12,6
Total	2.981,9	1.878,3

Por fim, os gastos com subsídios e subvenções econômicas diminuíram 0,2 ponto percentual do PIB em relação a igual período de 2001, correspondendo à redução de R\$ 1,7 bilhão em valores nominais. Os subsídios à agricultura reduziram-se em R\$ 637,1 milhões face, sobretudo, ao aumento nas receitas líquidas obtidas com a venda de produtos agrícolas, sobretudo milho, arroz e algodão, em operações ao amparo do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF).

Previdência Social

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 1,1 bilhão em outubro, R\$ 272,3 milhões abaixo do observado no mês anterior, quando este alcançou R\$ 1,4 bilhão. A arrecadação líquida atingiu R\$ 6,1 bilhões no mês, R\$ 335,0 milhões acima da registrada em setembro. Por sua vez, a despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 7,2 bilhões em outubro, R\$ 62,8 milhões acima da verificada em setembro. A tabela abaixo resume essas informações.

Em outubro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,1 bilhão. No ano, o déficit primário acumulado atingiu R\$ 12,0 bilhões, equivalentes a 1,13% do PIB.

TABELA 2 RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2001-2002				
DISCRIMINAÇÃO	Set	Out	Jan-Out	
	2002	2003	2001	2002
Arrecadação Líquida	5.756,4	6.091,4	48.809,7	55.122,8
Arrecadação Bruta	6.206,2	6.589,9	53.010,1	59.650,6
- Contribuição Previdenciária	5.801,7	6.023,0	49.393,3	55.766,5
- Simples	253,6	258,2	1.995,7	2.240,2
- CDP	0,0	115,0	73,8	169,6
- CFT	35,9	55,4	307,3	388,1
- Depósitos Judiciais	51,0	93,5	646,8	633,8
- Refis	52,5	32,7	380,4	339,0
- Outras Receitas	11,4	12,2	212,9	113,4
(-) Restituição/Devolução	-23,5	-44,5	-316,2	-293,0
(-) Transferências a Terceiros	-426,3	-454,1	-3.884,1	-4.234,8
Benefícios Previdenciários	7.167,1	7.229,9	57.367,4	67.091,3
Resultado Primário	-1.410,8	-1.138,5	-8.557,7	-11.968,5
Resultado Primário/PIB			-0,88%	-1,13%

Em relação ao aumento das receitas destaca-se, como o principal fator explicativo, o aumento de R\$ 221,3 milhões na arrecadação de contribuição previdenciária, devido ao recolhimento da contribuição das empresas, face o esforço despendido no gerenciamento e fiscalização. Adicionalmente, os ingressos decorrentes de resgates de Certificados da Dívida Pública (CDP) atingiram R\$ 115,0 milhões no mês, sem contrapartida no mês de setembro. Os demais itens da receita, com exceção do Refis, também apresentaram aumento, a saber: i) arrecadação dos depósitos judiciais, acréscimo de R\$ 42,5 milhões (83,3%); ii) receitas de repasse do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Out (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	5,02%	5,21%
Benefícios	5,91%	6,34%
Resultado Primário	-0,88%	-1,13%

(FIES), crescimento de R\$ 19,5 milhões (54,3%); e iii) arrecadação do Simples, acréscimo de R\$ 4,6 milhões (1,8%).

Até outubro, a arrecadação líquida atingiu R\$ 55,1 bilhões, representando um acréscimo nominal de 12,9% em relação à verificada em 2001. Em percentual do PIB, a arrecadação corresponde a 5,2 pontos percentuais no acumulado de 2002, apresentando pequeno incremento de 0,18 ponto percentual quando comparada a igual período de 2001.

Considerando o acumulado do ano de 2002, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 67,1 bilhões, superando em R\$ 9,7 bilhões o montante observado no mesmo período de 2001, quando estas perfizeram R\$ 57,4 bilhões. Este acréscimo é decorrente do aumento de: i) 11,6% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2002 (com impacto no caixa a partir de maio) e reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2002 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) 685,9 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2002.

As emissões dos benefícios no período de janeiro a outubro, quando comparadas a igual período em 2001, apresentaram os seguintes comportamentos: i) as aposentadorias aumentaram em 237,3 mil (2,1%); ii) os auxílios – doença, aumento de 182,9 mil (34,8%); iii) as pensões por morte, aumento de 143,8 mil (2,8%); iv) os benefícios assistenciais aumentaram 82,3 mil (3,9%); v) os benefícios acidentários, incremento de 25,6 mil benefícios (3,8%); vi) os salários maternidade, aumento de 12,5 mil (9,9%); e vii) os demais benefícios aumentaram em 1,4 mil (8,6%).

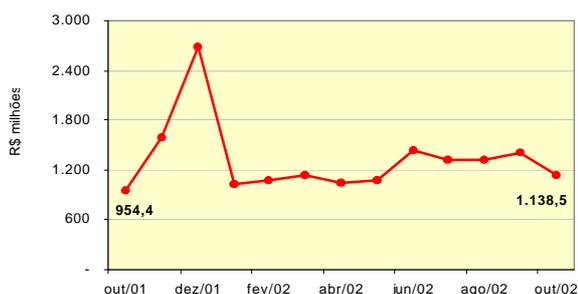
O déficit primário do RGPS acumulado entre janeiro e outubro de 2002 totalizou R\$ 12,0 bilhões, apresentando elevação nominal de 39,5% em relação a idêntico período de 2001. Como proporção do PIB, o resultado até outubro desse ano situou-se 0,25 ponto percentual acima do observado em idêntico período de 2001 (1,13% do PIB e 0,88% do PIB, respectivamente).

Benefícios Emitidos	jan/2001- out/2001	jan/2002- out/2002	%
Quantidade*	19,9	20,5	3,5%
Valor Médio**	295,7	330,0	11,6%

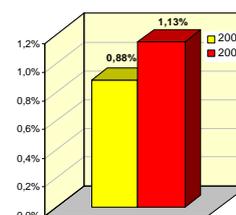
(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1.00

Déficit da Previdência Social

Brasil, 2001/2002



Déficit da Previdência Social
Brasil, Jan-Out (% PIB)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

No mês de outubro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 361,0 bilhões, equivalentes a 28,2% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em outubro de 2001.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

(R\$ milhões)

	2001	2002	
	Out	Set	Out
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	100.358	112.747	93.119
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	490.691	569.526	556.691
Dívida Contratual da STN	-303.564	-355.414	-360.174
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-86.769	-101.365	-103.398
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	197.553	287.814	267.911
Dívida Mobiliária em Poder do Público	149.586	220.898	205.338
Títulos Depositados em Garantia	-4.858	-7.107	-6.365
Dívida Contratual	53.965	75.150	70.041
Disponibilidades	-1.140	-1.126	-1.103
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	297.911	400.561	361.030
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,3%	31,5%	28,2%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em outubro, a dívida líquida caiu 3,3 pontos percentuais do PIB em relação a setembro devido, principalmente, à apreciação cambial ocorrida no mês.

Em relação a setembro, a dívida líquida diminuiu 3,3 pontos percentuais do PIB. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, a apreciação cambial de 6,42% ocorrida no mês de outubro, o que impactou tanto a dívida interna indexada ao câmbio como o saldo da dívida externa convertida em reais.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida caiu 1,6 ponto percentual do PIB em relação a setembro, situando-se em 7,3% do PIB, sendo a menor relação desde novembro de 1999. Tal queda é reflexo da diminuição da dívida mobiliária e do crescimento dos saldos dos haveres contratuais da STN e de entidades da administração indireta.

A elevação do saldo dos haveres contratuais se deve, basicamente, à variação positiva de seus principais indexadores, IGP-DI (4,21%), IGP-M (3,87%) e TR (0,28%). A queda da dívida mobiliária em poder do público deveu-se ao resgate líquido de R\$ 20,0 bilhões, contrabalançado em parte pela apropriação de juros reais de R\$ 7,2 bilhões.

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

	(R\$ milhões)		
	2001	2002	
	Out	Set	Out
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	100.358	112.747	93.119
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	490.691	569.526	556.691
LFT	260.464	304.293	303.790
LTN	52.859	43.031	41.017
NTN-C	24.872	40.516	44.889
NTN-D	35.461	68.963	58.734
Demais	97.424	87.527	84.363
Dívida Securitizada	17.263	23.039	21.818
TDA	2.347	2.157	2.080
DÍVIDA CONTRATUAL	-390.333	-456.779	-463.572
<i>Tesouro Nacional</i>	-303.564	-355.414	-360.174
Dívida Bancária	26.419	25.113	25.077
Lei nº 7.976/89	-12.309	-14.882	-14.143
Lei nº 8.727/93	-45.083	-45.776	-45.753
Lei nº 9.496/97	-150.755	-168.339	-173.562
Renegociação Dívida Municipais	-19.795	-22.765	-23.262
Demais Haveres da STN	-102.041	-128.765	-128.530
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-86.769	-101.365	-103.398
FAT	-63.525	-72.945	-73.392
Demais Entidades	-23.244	-28.419	-30.006
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	41,7%	44,8%	43,5%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-33,2%	-35,9%	-36,2%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,8%	-27,9%	-28,1%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	8,5%	8,9%	7,3%

Em outubro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público ficou em 7,3% do PIB, menor relação desde novembro de 1999.

Em outubro, houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 20,0 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 24,9 bilhões e os resgates a R\$ 44,9 bilhões.

Dentre as emissões realizadas por meio de oferta pública, ressaltam-se:

- R\$ 12,0 bilhões em LFT, com vencimentos em dezembro de 2002, janeiro de 2003, abril, junho, agosto, setembro e novembro de 2007 e fevereiro de 2008;
- R\$ 981,5 milhões em LTN, com vencimentos em novembro e dezembro de 2002; e
- R\$ 4,8 bilhões em NTN-C com vencimentos em dezembro de 2005, abril de 2008, julho de 2017 e abril de 2021.

Foram resgatados no mês R\$ 11,1 bilhões em títulos emitidos por meio de emissão direta. Deste total, R\$ 4,3 bilhões referem-se cancelamentos de LFT-A, títulos esses aceitos nos três leilões de troca por NTN-C efetuados durante esse mês.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 7,1 bilhões, tendo sido mais representativas:

Emissões e Resgates

Boxe 3 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos R\$ 10,4 bilhões correspondem à venda direta por meio de internet – Tesouro Direto. Desse montante, 54,44% referem-se à venda de títulos remunerados a índice de preços (NTN-C) e 39,0% a títulos prefixados (LTN).

Desde sua criação, em 07/01/2002, até o final de outubro, o Tesouro Direto vendeu R\$ 54,9 milhões em títulos. Desse montante, 61,1% foram de LTN, 30,0% em NTN-C e os restantes 8,9% em LFT. Em outubro, o valor médio por operação foi de R\$ 8,3 mil.

Boxe 4 – Emissão de NTN-C

Foi realizado, nos dias 27 e 30 de setembro, com liquidação financeira em 1º de outubro, leilão tradicional de NTNC - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2008, 2017 e 2021. Além disso ocorreram dois leilões adicionais de NTN-C (preços uniformes) em 19 e 25 de setembro, com liquidação financeira em 1º de outubro e vencimento em dezembro de 2005.

O volume financeiro total emitido foi de R\$ 4,8 bilhões sendo 49,9% referentes ao leilão tradicional (R\$ 2,4 bilhões). Nesse leilão 62,5% corresponde ao título com vencimento em 2008, 14,5% com vencimento em 2017 e 23,0% com vencimento em 2021. Foram recebidos 61,4% em dinheiro. Pela troca, foram aceitos títulos da dívida securitizada, CFTs, LFTs e NTN-C.

As taxas aceitas no leilão tradicional foram menores que as observadas nos leilões anteriores. Para o título vencendo em 2008, a taxa foi de 10,40% contra 10,69% em setembro, para o título de vencimento em 2017 a taxa foi de 10,50% contra 10,90% em agosto e para o de 2021, a taxa foi de 10,59% contra 10,70% em setembro.

Nos leilões adicionais obteve-se R\$ 2,4 bilhões em volume financeiro, com taxas de 10,39% para o leilão de 19 de setembro e 10,28% para o de 25 de setembro.

O Tesouro Nacional realizou, em outubro, resgate líquido de títulos no valor de R\$ 20,0 bilhões.

- i) R\$ 2,6 bilhões de LFT, para o Banco do Brasil, referentes a permuta por NTN-C e ASTN (dívida agrícola);
- ii) R\$ 2,6 bilhões de ASTN (dívida agrícola), para o Banco do Brasil, referentes a permuta por NTN-C e ASTN (dívida agrícola);
- iii) R\$ 563,2 milhões de títulos da dívida securitizada (CVS) para novação de dívidas da União, sendo R\$ 192,6 milhões para o Banco Bandeirantes, R\$ 128,9 milhões para o FGTS, com interveniência do Estado de Minas Gerais, R\$ 104,3 milhões para o Banco Santander do Brasil, R\$ 49,1 para o Banco Mercantil de São Paulo, R\$ 45,6 milhões para o Banco do Estado de Santa Catarina – Crédito Imobiliário, R\$ 33,7 milhões para a Economia Crédito Imobiliário – Economisa, e R\$ 8,7 milhões para o Banco Itaú, e;
- iv) R\$ 1,2 bilhão de LFT-B, sendo R\$ 773,3 milhões referentes a abertura de crédito para o Estado de Alagoas e o Banco do Estado de Alagoas e R\$ 422,6 milhões para refinanciamento de dívidas entre a União e o Banco do Estado de Santa Catarina, no âmbito do Proes. Do valor emitido para Alagoas, R\$ 270,9 milhões correspondem ao refinanciamento de dívidas deste Estado, sob o amparo da Lei 9.496/97 e R\$ 502,4 milhões no âmbito do Proes.

**TABELA 5
EMISSOES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER
DO PÚBLICO
BRASIL, Out/2002**

Fatos	(R\$ milhões)		
	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	17.841	7.097	24.938
LFT	12.096	2.580	14.676
LTN	981	0	981
NTN-C	4.763	30	4.794
NTN-D	0	0	0
TDA	0	9	9
Securitizada**	0	3.150	3.150
Demais	0	1.327	1.327
II. Resgates***	33.786	11.146	44.932
LFT	18.267	0	18.267
LTN	3.609	0	3.609
NTN-C	3.173	0	3.173
NTN-D	8.737	0	8.737
TDA	0	93	93
Securitizada**	0	4.956	4.956
Demais	0	6.097	6.097
III. Valor líquido (I-II)	-15.945	-4.049	-19.994

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.

** Inclui dívida agrícola

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos

Quanto à composição da DPMFi, observou-se redução dos títulos remunerados pela variação cambial (1,78 ponto percentual) devido, em parte, à amortização de NTN-D no montante de R\$ 5,2 bilhões e, principalmente, à apreciação da taxa de câmbio em relação a setembro. Esse fator determinou, também, o aumento da participação dos títulos indexados à taxa SELIC (0,72 ponto percentual), apesar do resgate líquido de LFT. Observou-se, também, aumento na participação dos títulos remunerados por Índices de Preços (1,16 ponto percentual), dada a emissão de R\$ 4,8 bilhões em NTN-C e à maior variação do indexador desse título (IGP-M) em outubro.

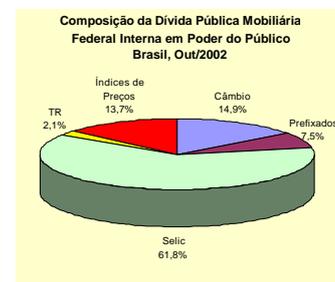
Composição

Os títulos remunerados pelo câmbio diminuíram sua participação no total da dívida pública em poder do público, passando de 16,67% em setembro para 14,89% em outubro.

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2001/2002

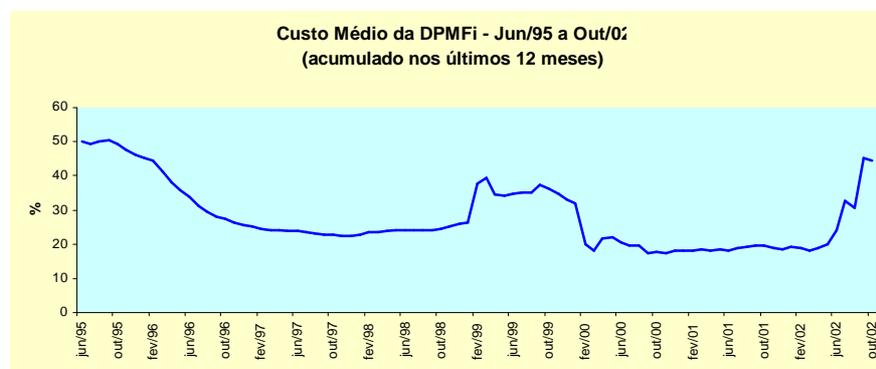
Indexador	2002 (%)		
	Out	Set	Out
Selic	64,45	61,08	61,80
Câmbio	11,15	16,67	14,89
Prefixados	10,84	7,68	7,47
Índices de Preços	9,31	12,58	13,74
TR	4,24	1,98	2,10
Outros	0,00	0,01	0,01

* Não inclui dívida agrícola.



O custo médio dos títulos emitidos por oferta pública, acumulado nos últimos 12 meses foi de 44,20% contra 44,98% em setembro (como observado no gráfico abaixo). O indicador acumulado nos últimos doze meses reflete melhor o comportamento do custo médio da dívida, tendo em vista, principalmente, que o cálculo mensal é fortemente influenciado por momentos de alta volatilidade cambial.

Custo Médio



O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou queda substancial em outubro, devido, principalmente, à apreciação cambial ocorrida no mês, conforme se observa na tabela 7 a seguir.

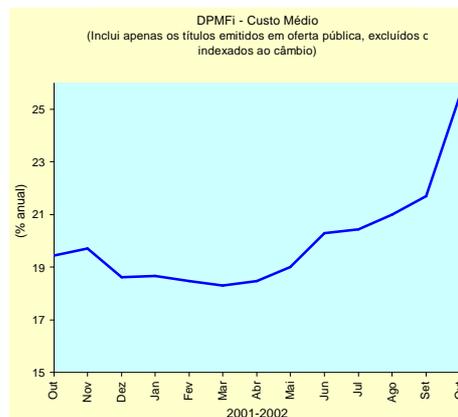
No entanto, excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 21,14% a.a. em setembro para 24,79% a.a. em outubro. Contribuiu para este aumento, principalmente, a maior variação dos índices de preços em relação a setembro, que afetaram particularmente o custo médio da NTN-C (66,98% a.a. em outubro contra 47,57% a.a. em setembro). O IGP-M para o mês de outubro alcançou 3,87% a.m., contra 2,40% a.m. em setembro, enquanto que o IGP-DI em outubro foi de 4,21% a.m., comparativamente a 2,64% a.m. observado no mês anterior.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi em poder do público foi de 24,79% a.a. em outubro.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

Período	(% anual)			
	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2000	17,45	17,64	18,09	18,35
2001	Out 19,03	19,62	19,44	20,10
	Nov 19,12	10,99	19,70	12,55
	Dez 17,83	8,73	18,62	10,07
2001	17,18	18,28	17,88	18,42
2002	Jan 17,87	24,31	18,66	26,32
	Fev 17,93	13,09	18,48	13,28
	Mar 17,61	15,15	18,29	15,55
	Abr 17,98	19,91	18,48	20,94
	Mai 18,42	34,65	19,01	38,64
	Jun 19,63	72,19	20,28	83,09
	Jul 19,98	128,63	20,43	147,93
	Ago 20,50	5,69	20,99	4,58
	Set 21,14	337,95	21,71	317,61
	Out 24,79	12,83	25,48	12,87
2002	19,57	48,95	20,16	51,10

Pub - Títulos emitidos em oferta pública.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Prazo Médio

Em outubro, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu em 0,68 mês (35,53 meses em outubro contra 34,85 meses em setembro). Destacamos como fatores preponderantes para este crescimento a amortização de R\$ 5,2 bilhões de NTN-D e a emissão de R\$ 1,7 bilhão de ASTN (dívida agrícola) para vencimento em outubro de 2004 e 2005.

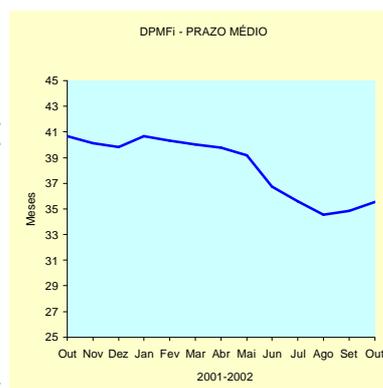
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002

Título	(meses)		
	2001 Out	2002 Set Out	
LTN	3,30	2,89	2,08
LFT	38,36	25,79	25,26
NTN-C	73,48	66,55	66,55
NTN-D	15,77	15,82	16,94
TDA	47,76	46,78	48,00
Dívida Securitizada*	67,83	54,27	63,24
Demais	92,57	119,65	120,06
Total	40,69	34,85	35,53

(*) Inclui dívida agrícola

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

Período	(meses)	
	Total	Total
2001	Out 40,69	40,69
	Nov 40,13	40,13
	Dez 39,84	39,84
2002	Jan 40,70	40,70
	Fev 40,34	40,34
	Mar 40,01	40,01
	Abr 39,76	39,76
	Mai 39,16	39,16
	Jun 36,76	36,76
	Jul 35,60	35,60
	Ago 34,57	34,57
	Set 34,85	34,85
	Out 35,53	35,53



O estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, decresceu 1,7 ponto percentual do PIB no mês de outubro. O fator principal que determinou tal movimento foi a apreciação cambial do real ocorrida no mês. Na moeda norte-americana a queda no saldo devedor foi de 0,49% (US\$ 75,5 bilhões em outubro contra US\$ 76,0 bilhões em setembro).

Essa pequena diminuição no saldo devedor em dólar deve-se à amortização de cerca de R\$ 376,1 milhões da dívida contratual externa e de R\$ 1,4 bilhão da dívida mobiliária externa (BEA/Bradies).

Dívida Externa Líquida

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

	(R\$ milhões)		
	2001	2002	
	Out	Set	Out
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	149.586,4	220.897,7	205.338,3
Bônus de Renegociação	53.067,8	73.682,7	67.564,3
Bônus de Captação	96.518,6	147.215,0	137.774,0
II. DÍVIDA CONTRATUAL	53.964,9	75.150,2	70.041,2
Organismos Multilaterais	27.280,3	40.135,9	37.311,4
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.225,4	13.217,9	12.368,0
Clube de Paris	17.459,2	21.796,4	20.361,8
DÍVIDA EXTERNA BRUTA (I + II)	203.551,3	296.048,0	275.379,6
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.858,2	-7.107,4	-6.365,2
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.140,3	-1.126,4	-1.103,3
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	197.552,8	287.814,1	267.911,0
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	16,8%	22,6%	20,9%

Em outubro, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 267,9 bilhões, equivalente a 20,9% do PIB.

Os pagamentos relativos à dívida externa totalizaram em outubro R\$ 6,4 bilhões, dos quais R\$ 4,6 bilhões referem-se ao pagamento de juros e R\$ 1,7 bilhão ao pagamento de principal. Do montante despendido no mês, a maior parte (R\$ 5,6 bilhões) referiu-se aos pagamentos da dívida mobiliária externa.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Out/2002

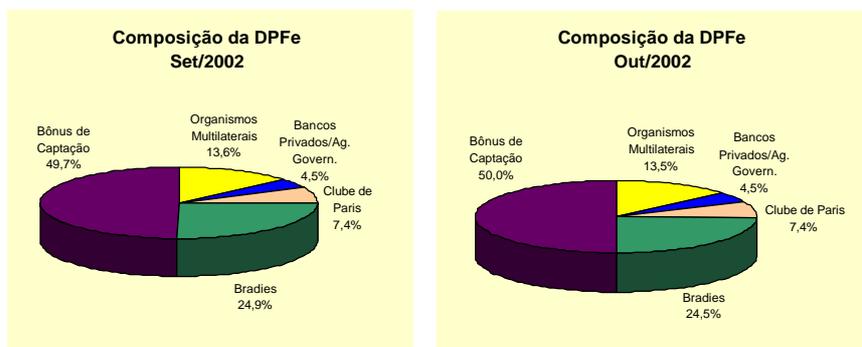
Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	1.730,4	4.628,6	6.359,1
I.1. Organismos Multilaterais	249,9	114,9	364,8
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	126,2	259,9	386,2
I.3. Dívida Mobiliária	1.354,3	4.253,8	5.608,1
Global 2004	0,0	673,1	673,1
Global 2007	0,0	264,4	264,4
Global 200€	0,0	211,2	211,2
Global 200£	0,0	559,7	559,7
Global 201C	0,0	229,8	229,8
Global 2024	0,0	367,5	367,5
Samurai 2003	0,0	42,3	42,3
Samurai 2007	0,0	56,8	56,8
BEA-Bradies	1.354,3	1.848,9	3.203,3

Em outubro, as despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 6,4 bilhões.

Composição

Em outubro, a principal alteração na composição da Dívida Pública Federal Externa – DPFe decorreu da amortização de cerca de R\$ 1,4 bilhão dos Bradies, o que provocou uma redução de 0,35 ponto percentual.

A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa passou de 49,7%, em setembro, para 50,0%, em outubro.



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa aumentou de 6,10 anos em setembro para 6,13 anos em outubro em função da ausência de novas emissões e da amortização dos Bradies no montante de R\$ 1,4 bilhão.

O custo médio em dólares não apresentou variação significativa em relação a setembro, tendo em vista a não ocorrência de novas emissões.

Em outubro, a dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,53% a.a. e prazo médio de 6,13 anos.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA BRASIL, 2001/2002

Título	2002		
	Out	Set	Out
Prazo Médio (anos)	6,68	6,10	6,13
Bônus de Renegociação	6,68	6,04	6,24
Bônus de Captação	6,69	6,13	6,08
Globais	8,27	7,36	7,33
Euros	3,65	3,53	3,49
Demais	2,88	2,53	2,46
Custo Médio (% a.a.) *	8,72	8,58	8,53
Bônus de Renegociação	6,39	5,15	4,93
Bônus de Captação	10,00	10,30	10,30
Globais	10,97	11,16	11,16
Euros	9,80	10,11	10,11
Demais	5,04	4,93	4,93

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Out/2001	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2002
I. RECEITA TOTAL	23.487,3	22.235,3	28.820,8	29.237,5	23.989,7	23.412,9	26.813,8	24.910,7	22.334,0	27.139,0	24.132,7	29.023,8	29.966,9
I.1. Receitas do Tesouro	18.415,0	17.149,0	20.224,9	24.106,3	18.805,9	18.232,7	21.442,5	19.374,0	17.044,8	21.362,5	18.326,7	23.267,4	23.875,6
I.1.1 Receita Bruta	19.033,8	17.644,9	20.556,8	24.363,1	19.156,5	18.437,5	21.635,6	19.618,8	18.176,4	22.537,7	19.749,2	24.010,9	24.829,0
- Impostos	8.903,3	7.686,5	9.522,6	12.109,0	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2
- Contribuições	8.349,9	8.105,9	8.423,6	9.882,4	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.024,6
- Demais	1.780,5	1.852,4	2.610,5	2.371,6	2.452,1	1.522,0	2.860,8	1.979,3	1.318,1	2.515,0	1.575,4	2.095,9	2.745,3
I.1.2. (-) Restituições	-618,8	-495,8	-320,4	-157,5	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.072,3	5.086,2	8.595,9	5.131,2	5.183,8	5.180,2	5.371,3	5.536,6	5.289,2	5.776,5	5.806,0	5.756,4	6.091,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.561,5	4.136,9	4.219,6	4.808,1	5.436,9	4.329,5	4.282,1	5.343,5	3.676,3	4.245,1	4.183,2	4.413,3	5.273,2
II.1. Transferências Constitucionais	2.903,5	3.009,6	3.622,0	3.913,7	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3
II.2. Lei Complementar 87/96	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.3. Demais	359,6	828,9	299,2	566,0	573,2	513,1	283,2	842,9	374,3	674,7	773,0	698,4	524,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	19.925,8	18.098,3	24.601,2	24.429,5	18.552,8	19.083,4	22.531,8	19.567,2	18.657,7	22.893,9	19.949,6	24.610,5	24.693,8
IV. DESPESA TOTAL	17.489,8	17.252,1	29.396,7	18.378,6	15.973,7	17.027,7	16.754,6	17.711,1	16.824,6	20.929,5	18.561,8	17.598,2	20.824,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.785,4	5.223,1	7.947,7	7.241,4	5.486,6	5.281,0	5.359,4	5.288,5	5.923,1	7.046,9	5.543,6	5.248,9	5.684,4
IV.1.1. INSS	223,8	277,5	355,7	397,2	278,4	293,1	305,0	292,4	327,3	422,1	298,6	287,7	294,6
IV.1.2. Demais	4.561,5	4.945,5	7.592,0	6.844,3	5.208,2	4.987,9	5.054,4	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.026,7	6.676,9	11.283,8	6.157,9	6.254,7	6.316,7	6.413,8	6.608,6	6.733,9	7.091,5	7.117,2	7.167,1	7.229,9
IV.3. Custeio e Capital	6.677,7	5.352,1	10.165,1	4.979,2	4.232,5	5.430,0	4.981,3	5.814,0	4.167,6	6.791,1	5.901,0	5.182,2	7.910,4
IV.3.1. Despesa do FAT	604,9	621,5	571,4	333,5	627,5	467,2	434,6	788,9	94,2	1.227,3	879,9	795,4	930,3
- Abono e Seguro Desemprego	540,7	556,6	475,3	311,4	584,0	370,7	361,6	735,3	60,9	1.195,3	821,2	747,3	829,8
- Demais Despesas do FAT	64,3	64,9	96,1	22,1	43,5	96,6	73,0	53,7	33,2	32,0	58,7	48,1	100,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	1.217,0	95,6	683,5	130,7	-0,5	96,9	131,9	142,8	-34,5	81,1	171,3	-55,4	1.435,2
- Operações Oficiais de Crédito	1.188,5	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.380,8
- Subvenções aos Fundos Regionais	28,5	90,1	124,3	119,1	-83,2	2,3	64,5	63,7	-68,7	12,2	57,0	0,1	54,4
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.855,8	4.635,0	8.910,2	4.515,0	3.605,4	4.865,9	4.414,8	4.882,3	4.107,9	5.482,7	4.849,8	4.442,2	5.544,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.435,9	846,3	-4.795,5	6.050,9	2.579,0	2.055,7	5.777,2	1.856,1	1.833,1	1.964,4	1.387,8	7.012,3	3.869,2
V.1. Tesouro Nacional	3.390,3	2.436,9	-2.107,6	7.077,6	3.649,9	3.192,2	6.819,7	2.928,1	3.277,8	3.279,4	2.698,9	8.423,0	5.007,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-954,4	-1.590,7	-2.687,9	-1.026,7	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,5
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-54,9	-61,4	-79,8	-22,8	-53,2	-57,8	-56,6	-43,8	-70,7	-60,0	-77,5	-86,8	-58,2
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.381,0	784,8	-4.875,3	6.028,1	2.525,8	1.998,0	5.720,6	1.812,3	1.762,4	1.904,5	1.310,3	6.925,4	3.810,9
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-490,2	60,9	-1.053,8	1.011,6	-381,3	316,3	11,9	35,8	19,1	185,1	107,9	-881,6	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.890,9	845,8	-5.929,2	7.039,6	2.144,5	2.314,2	5.732,5	1.848,0	1.781,5	2.089,6	1.418,2	6.043,8	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-7.628,0	7.443,3	7.637,6	-12.518,5	-678,6	-3.200,2	-8.338,9	-15.995,2	-23.076,4	-28.470,0	12.383,6	-40.920,9	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-5.737,2	8.289,1	1.708,4	-5.478,9	1.465,9	-886,0	-2.606,4	-14.147,2	-21.294,9	-26.380,4	13.801,8	-34.877,0	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Out/2001	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2002
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	22.714,8	24.046,0	30.554,8	22.989,4	27.751,7	24.643,5	26.411,0	31.032,2	29.317,9	27.991,2	35.335,8	33.928,2	38.629,5
I.1 - Recolhimento Bruto	15.688,9	17.579,5	20.292,6	15.532,7	19.670,3	17.213,7	17.988,9	20.507,2	15.759,7	17.971,3	20.104,4	19.689,9	24.356,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.315,6	683,3	753,6	633,2	774,2	903,1	1.179,9	786,9	907,9	672,8	734,5	742,2	1.694,5
I.4 - Receita das Operações de Crédito	268,2	292,1	378,9	144,4	647,0	156,5	83,9	117,4	111,0	239,0	139,4	185,9	282,3
I.5 - Receita do Salário Educação	117,5	119,5	124,4	213,6	114,6	119,6	124,6	125,7	129,7	130,7	159,9	137,7	148,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.318,9	5.365,7	9.009,1	5.334,1	5.190,0	5.564,7	5.695,6	5.844,9	5.707,4	6.224,3	6.167,0	6.439,1	7.016,9
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	5,7	5,8	7,7	1.230,7	1.355,6	685,9	1.338,0	3.650,0	6.702,2	2.753,1	8.030,7	6.733,3	5.131,6
II. DESPESAS	24.622,3	22.602,8	33.639,9	25.671,2	25.815,7	23.200,2	26.268,0	24.157,2	26.687,9	25.333,7	26.568,1	25.770,6	32.875,9
II.1 - Liberações Vinculadas	4.367,6	4.023,2	5.665,8	5.869,1	6.158,3	4.847,4	5.038,3	5.938,3	4.498,2	4.898,4	5.540,3	5.214,3	5.615,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.090,9	3.204,3	3.852,2	4.175,5	4.832,2	3.715,7	3.882,0	4.471,2	3.165,2	3.451,6	3.280,2	3.605,7	4.709,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	252,5	459,7	180,3	165,8	344,8	174,6	171,5	457,3	250,1	242,1	605,9	363,5	356,1
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.1.4 - Outras Vinculações	725,7	60,7	1.334,9	1.199,5	651,0	627,8	655,5	680,4	753,5	875,4	1.324,8	915,7	220,7
II.2 - Liberações Ordinárias	20.254,8	18.579,6	27.974,1	19.802,1	19.657,4	18.352,8	21.229,7	18.219,0	22.189,7	20.435,3	21.027,8	20.556,3	27.260,2
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.144,8	5.256,1	7.908,2	7.079,9	5.289,0	5.390,9	5.217,0	5.258,7	7.457,7	5.353,0	5.505,8	5.290,4	5.554,4
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	4.121,9	921,5	-723,0	1.626,4	1.236,1	682,0	2.676,4	758,8	940,4	1.804,2	1.317,5	1.161,5	6.205,7
i) Dívida Contratual Interna	543,5	1,5	-978,3	76,4	102,5	100,7	111,5	449,1	105,2	97,6	90,1	115,8	798,0
ii) Dívida Contratual Externa	3.578,4	920,0	255,3	1.550,0	1.133,7	581,4	2.564,9	309,7	835,2	1.706,6	1.227,3	1.045,6	5.407,8
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.014,0	866,3	1.741,7	2.104,4	2.644,0	1.751,7	3.043,1	1.195,0	2.466,7	1.638,0	1.507,1	3.102,4	2.623,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.382,3	6.411,7	10.611,8	6.377,3	6.494,5	5.977,3	6.550,3	6.854,9	6.613,2	6.864,5	8.714,3	6.188,5	6.885,1
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.280,3	4.861,3	7.509,1	2.445,9	3.724,7	4.277,7	3.554,5	3.923,4	4.568,5	4.450,4	3.688,7	4.678,9	5.128,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	311,4	262,7	926,4	168,1	269,1	273,2	188,4	228,2	143,1	325,3	294,4	134,6	863,5
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-1.907,5	1.443,2	-3.085,1	-2.681,8	1.936,0	1.443,3	143,0	6.875,0	2.630,0	2.657,4	8.767,8	8.157,6	5.753,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	24.725,1	13.656,5	10.112,3	16.491,4	14.390,1	16.362,7	22.687,6	11.896,2	7.047,5	25.588,6	9.437,1	4.145,8	11.093,6
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	24.205,3	13.263,2	9.548,4	16.169,0	13.777,4	15.769,5	22.129,2	11.364,9	6.448,7	22.521,5	7.398,8	3.776,0	10.222,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	519,8	393,3	563,9	322,4	612,7	593,1	558,3	531,4	598,8	3.067,1	2.038,3	369,8	871,4
V. DESPESAS	16.027,7	12.653,1	10.815,2	11.352,5	15.212,7	15.676,5	19.695,7	5.855,9	18.295,1	10.345,3	10.869,9	14.717,5	31.814,5
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	11.053,8	10.892,4	9.004,0	11.180,8	15.006,6	15.365,1	18.941,2	4.597,6	16.418,1	7.665,6	9.796,0	14.134,6	27.964,8
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	4.973,9	1.760,7	1.811,2	171,7	206,1	311,4	754,5	1.258,3	1.877,0	2.679,8	1.073,8	582,9	3.849,8
V.2.1 - Dívida Interna	1.433,5	6,6	296,2	71,5	91,9	92,1	93,1	-82,4	105,4	89,0	82,4	102,4	1.519,5
V.2.2 - Dívida Externa	3.540,5	1.754,1	1.515,1	100,1	114,2	219,3	661,5	1.340,6	1.771,5	2.590,8	991,4	480,5	2.330,3
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	13.151,4	2.370,8	544,4	4.988,2	-1.229,2	404,4	3.188,1	6.767,2	-9.969,4	14.855,9	-2.397,2	-10.358,6	-17.742,6
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	-1.349,8	-271,1	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.686,7	3.372,8	4.703,4	4.363,5	4.692,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	5.440,0	2.175,4	-4.428,9	-850,9	4.157,2	2.999,9	-177,0	18.613,8	69,1	21.273,5	12.038,4	1.949,4	-10.275,3

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Out/2001	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2002
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	7.053,3	5.850,4	2.493,9	6.161,1	8.867,5	1.700,7	6.168,7	6.137,4	9.810,9	11.156,0	8.583,5	21.269,7	13.084,1
I.1. Emissão de Títulos	6.151,0	5.851,9	3.375,4	4.861,4	7.619,9	1.252,4	4.811,0	2.278,9	2.767,3	8.088,4	2.911,8	14.110,9	7.843,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	835,2	-4,4	-342,9	1.187,0	1.163,9	414,2	1.258,3	3.650,0	6.702,2	2.753,1	5.733,8	6.700,3	5.131,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	67,0	2,9	-538,6	112,7	83,8	34,0	99,3	208,5	341,5	314,5	-62,0	458,4	109,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	8.403,1	6.121,6	3.134,8	9.469,2	5.823,8	830,2	9.480,5	438,8	1.124,2	7.783,2	3.880,1	16.906,2	8.392,0
II.1. Resgate de Títulos	7.585,1	5.504,8	2.195,0	7.963,1	5.021,9	729,5	8.247,8	7,8	11,8	6.047,7	3.307,7	15.646,1	7.718,5
II.2. Encargos da DPMF	818,0	616,7	939,8	1.506,1	801,9	100,7	1.232,7	431,1	1.112,4	1.735,5	572,4	1.260,1	673,5
III. RESULTADO (I - II)	-1.349,8	-271,1	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.686,7	3.372,8	4.703,4	4.363,5	4.692,1

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Out/2001	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2002
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	13,1	18,0	30,2	5,0	19,0	17,6	20,2	18,9	19,1	18,1	17,5	0,7	38,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	42,2	2,1	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	73,6
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	16,5	-51,1	18,9	-20,4	28,2	9,0	7,5	-2,4	-11,1	10,2	-22,5	-69,0	-159,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,8	1,9	0,0	3,8
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	1,3	-51,3	-11,5	-40,4	5,9	-8,9	7,3	-10,1	-13,5	-7,6	-24,4	-74,0	-163,8
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	15,0	0,0	30,2	20,0	22,2	17,8	0,1	7,6	2,1	17,0	0,0	5,0	1,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	19,1	19,0	155,5	0,6	25,2	22,4	24,5	24,3	26,1	38,6	50,4	4,5	208,8
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	46,3	19,5	296,8	24,3	10,4	33,4	15,2	38,3	0,2	2,0	68,9	7,0	296,6
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	15,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	11,3
VIII. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	1.093,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	911,2
IX. TOTAL	1.188,5	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.380,8

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Out/2001	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2002
I. DÍVIDA INTERNA	100.358,1	105.480,4	120.499,8	120.582,7	132.158,9	125.471,7	135.005,0	139.975,9	136.647,5	143.402,8	123.711,0	112.746,9	93.118,9
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7	569.525,7	556.691,1
Dívida Bancária	26.419,0	26.459,0	25.355,0	25.364,4	25.367,2	25.361,1	25.382,6	25.414,3	25.423,8	25.080,8	25.111,7	25.112,8	25.076,6
INSS	-11.012,6	-11.172,2	-11.257,1	-11.277,4	-11.298,8	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9
Lei 7.976/89	-12.308,8	-11.487,3	-10.316,5	-10.684,3	-10.425,0	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2
Bônus Renegociação	-22.333,3	-20.836,9	-18.988,0	-19.081,6	-18.498,3	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7
Lei 8.727/93	-45.083,0	-46.321,3	-46.429,7	-45.312,4	-45.331,5	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2
Lei 9.496/97	-150.754,9	-153.189,0	-154.222,1	-154.768,7	-155.046,2	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-19.795,4	-20.105,4	-20.279,5	-20.375,4	-20.425,8	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0
Receíveis das Estatais	-18.446,5	-18.238,0	-17.878,1	-18.285,1	-18.247,1	-18.289,1	-19.454,4	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4
Outros	-32.847,2	-33.272,5	-33.378,8	-30.059,8	-29.976,8	-30.175,2	-30.187,7	-30.172,9	-30.505,6	-37.194,5	-37.548,4	-38.043,4	-38.429,2
Fat	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.392,2
Demais Entidades	-23.243,7	-23.379,6	-23.613,7	-23.955,2	-24.763,4	-25.392,9	-26.070,3	-26.676,8	-27.118,8	-27.463,3	-28.158,0	-28.419,2	-30.005,9
Créditos das Operações Oficiais	-12.676,0	-12.126,6	-11.554,5	-11.832,7	-11.414,8	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7
Arrecadação a Recolher	-4.725,0	-2.839,8	-767,0	-7.746,0	-4.591,6	-4.587,8	-6.977,2	-3.581,2	-4.115,5	-6.576,0	-3.860,2	-6.579,0	-6.844,9
II. DÍVIDA EXTERNA	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1	267.911,0
Dívida Mobiliária	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3
Títulos Depositados em Garantias	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2
Dívida Contratual	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2
Disponibilidades	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	297.910,9	286.308,8	285.131,0	293.804,0	300.199,7	294.900,5	309.924,7	327.579,7	349.412,9	400.311,3	349.230,0	400.561,0	361.029,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,3%	24,2%	23,9%	24,5%	24,9%	24,4%	25,5%	26,6%	28,2%	32,1%	27,8%	31,5%	28,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/2001	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2002
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7	205.338,3
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	53.067,8	49.570,6	45.487,3	46.744,8	45.389,8	44.878,3	44.729,7	47.750,1	53.853,7	64.912,6	57.221,9	73.682,7	67.564,3
Brazil Investment Bond (BIB)	1.006,0	939,7	862,3	898,7	872,7	827,5	841,4	898,2	1.013,0	1.221,0	1.076,4	1.326,8	1.241,7
Par Bond (PB)	5.761,4	5.381,8	4.938,4	4.965,9	4.822,0	4.771,4	4.782,8	5.105,7	5.758,4	6.940,9	6.118,6	7.885,1	7.267,2
Discount Bond (DB)	6.045,5	5.647,1	5.182,0	5.274,4	5.121,5	5.067,8	5.152,7	5.500,6	6.203,7	7.477,7	6.591,7	8.494,9	7.949,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.676,9	1.566,4	1.437,4	1.468,1	1.425,5	1.410,6	1.434,2	1.531,0	1.726,8	2.081,3	1.834,8	2.364,5	2.212,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	17.884,1	16.705,5	15.329,4	15.814,7	15.356,3	15.195,4	15.449,8	16.492,9	18.601,3	22.421,1	19.764,7	25.471,1	23.836,9
Debt Conversion Bond (DCB)	10.338,1	9.656,8	8.861,4	9.175,4	8.909,4	8.816,1	8.961,2	9.566,7	10.789,1	13.004,6	11.463,8	14.773,7	13.825,8
New Money Bond (NMB)	4.267,8	3.986,6	3.658,2	3.778,4	3.668,9	3.630,5	3.445,2	3.677,8	4.147,9	4.999,7	4.407,3	5.679,8	4.935,7
Eligible Interest (EI)	6.087,8	5.686,7	5.218,2	5.369,2	5.213,5	5.158,9	4.662,5	4.977,3	5.613,5	6.766,3	5.964,6	7.686,7	6.294,4
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	96.518,6	86.409,5	78.995,6	84.790,2	82.283,0	84.374,4	89.321,3	95.862,0	109.937,1	129.566,6	114.383,5	147.215,0	137.774,0
Bônus Global	2.030,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2007	1.245,8	1.137,7	1.052,9	1.064,8	1.033,9	1.023,1	1.040,2	1.206,5	1.444,1	1.716,8	1.520,4	1.970,3	1.848,0
Bônus Parallel Franco	371,4	339,2	313,9	327,2	317,7	314,4	319,6	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Florim	442,3	403,9	373,8	389,5	378,3	374,3	380,6	-	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	354,1	323,4	299,3	311,9	302,9	299,7	304,7	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2027	9.474,9	8.850,5	8.121,4	8.464,1	8.218,7	8.132,6	8.268,8	8.827,0	9.955,4	11.999,8	10.578,1	13.632,2	12.755,4
Bônus Eurolira	943,7	861,8	797,6	831,2	807,1	798,7	812,1	866,9	1.094,0	1.300,6	1.151,8	1.492,6	1.399,9
Bônus Eurosterling 2007	591,9	537,1	506,1	513,0	499,5	492,9	501,1	535,0	603,3	805,6	704,0	918,0	857,0
Bônus Euro 2003	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	1.017,2	1.085,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2
Bônus Marco Alemão 2008	934,3	853,3	789,7	823,0	799,1	790,7	804,0	1.083,1	1.287,6	1.466,3	1.140,3	1.477,7	1.386,0
Bônus Global 2008	3.383,9	3.160,9	2.900,5	3.022,9	2.935,3	2.900,5	3.006,3	3.305,0	3.711,0	4.251,3	3.755,8	4.373,3	4.112,5
Bônus Global 2004	8.121,3	7.586,1	6.961,2	7.254,9	7.044,6	6.970,8	7.087,5	7.566,0	8.533,2	10.285,5	9.066,9	11.684,7	10.935,0
Bônus Euro 2002	1.953,3	1.783,9	1.650,9	1.666,0	1.617,7	1.600,7	1.627,5	1.887,8	2.259,6	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	996,9	1.156,3	1.384,0	1.645,3	1.457,1	1.888,3	1.771,0
Bônus Global 2009	5.414,2	5.057,4	4.640,8	4.836,6	4.696,4	4.647,2	4.725,0	5.044,0	5.688,8	6.857,0	6.044,6	7.789,8	7.290,0
Bônus Euro 2006	1.709,2	1.560,9	1.444,5	1.457,7	1.415,5	1.400,6	1.399,7	1.623,5	1.943,2	2.310,2	2.045,8	2.651,3	2.523,1
Bônus Euro 2001	1.465,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2020	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0
Bônus Euro 2010	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8
Bônus Global 2030	4.331,4	4.045,9	3.712,6	3.869,3	3.757,1	3.717,8	3.780,0	4.035,2	4.551,0	5.485,6	4.835,7	6.231,8	5.832,0
Bônus Samurai 2003	5.743,7	5.326,0	4.595,7	4.763,3	4.562,4	4.547,3	4.768,9	5.267,5	6.173,1	7.425,9	6.628,4	8.309,3	7.719,2
Bônus Euro 2005	3.052,1	2.787,4	2.579,5	2.603,1	2.527,6	2.501,2	2.518,6	2.921,4	3.496,7	4.214,8	3.681,3	4.770,7	4.474,6
Bônus Global 2007	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5
Bônus Global 2040	13.961,4	13.041,3	11.967,0	12.471,9	12.110,4	11.983,5	12.184,1	13.006,7	14.669,5	17.681,8	15.586,9	20.087,2	18.798,4
Bônus Euro 2007	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2	2.710,8
Bônus Samurai 2006	1.325,5	1.229,1	1.060,5	1.079,0	1.052,9	1.049,4	1.100,5	1.215,6	1.424,6	1.713,7	1.529,6	1.917,5	1.781,4
Bônus Global 2006	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4	5.467,5
Bônus Euro 2011	2.441,7	2.229,9	2.063,6	2.022,1	2.002,5	2.004,4	2.009,9	2.034,4	2.359,8	2.824,5	3.357,8	3.853,6	3.614,4
Bônus Global 2024	5.820,3	5.436,7	4.988,9	5.199,3	5.048,6	4.995,7	5.079,4	5.422,3	6.115,5	7.371,3	6.497,9	8.374,0	7.836,8
Bônus Samurai 2007	1.767,3	1.638,8	1.414,1	1.438,6	1.403,8	1.399,2	1.467,3	1.620,8	1.899,4	2.284,9	2.039,5	2.556,7	2.375,1
Bônus Global 2005	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0
Bônus Global 2012	-	-	-	3.022,9	2.935,3	2.904,5	2.953,1	3.152,5	3.555,5	4.285,6	3.777,9	4.868,6	4.556,3
Euro Bond 2009	-	-	-	-	-	-	1.017,2	1.179,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8	1.807,2
Bônus Global 2010	-	-	-	-	-	-	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9	3.645,0
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2
III. DÍVIDA CONTRATUAL	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2	70.041,2
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3
V. TOTAL (I+II+III+IV)	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1	267.911,0
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	16,8%	15,3%	13,8%	14,4%	14,0%	14,0%	14,4%	15,3%	17,2%	20,6%	17,9%	22,6%	20,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Out/2001	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2002
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	676.684,8	680.641,2	691.817,5	697.630,6	711.471,1	713.695,0	730.722,1	746.927,5	760.458,8	806.298,3	799.952,0	831.903,3	821.160,9
I. Dívida em Mercado	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7	569.525,7	556.691,1
Dívida Securitizada	17.223,7	17.394,8	19.275,2	19.482,2	23.712,1	22.560,4	22.161,8	22.219,6	22.214,0	22.396,2	22.988,0	23.030,9	21.810,0
Certificados de Privatização	39,1	39,2	39,2	40,2	40,2	40,3	40,4	40,5	40,5	40,6	26,7	8,0	8,1
TDA	2.347,5	2.291,2	2.276,5	2.224,5	2.244,0	2.245,4	2.217,4	2.206,7	2.193,8	2.215,5	2.158,7	2.157,0	2.080,1
LTN	52.859,2	51.191,1	48.806,7	48.039,9	47.389,4	56.897,2	61.907,9	61.006,2	56.249,0	51.746,4	48.187,3	43.031,1	41.016,9
LFT	260.464,3	266.019,8	275.243,1	279.676,2	277.993,1	260.294,3	265.366,0	268.387,8	270.183,2	298.070,4	295.315,3	304.292,9	303.789,9
LFT-A	20.931,8	20.935,2	20.960,6	21.148,4	21.276,7	21.430,3	21.608,7	21.758,4	21.903,4	22.041,9	22.216,8	22.368,9	20.152,6
LFT-B	30.019,8	29.989,8	29.953,5	29.619,2	29.639,1	29.842,8	29.873,9	29.909,3	29.879,4	29.845,2	22.405,4	13.660,8	13.665,2
LFT-E	460,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	12.374,5	11.447,7	10.713,7	11.307,8	10.944,7	10.842,8	10.790,0	11.578,0	12.990,4	15.890,9	14.080,5	18.162,3	16.635,4
NTN-B	-	-	-	8.156,9	8.404,4	9.275,6	9.403,4	9.514,7	9.588,1	9.694,9	9.905,3	10.072,6	10.237,8
NTN-C	24.872,1	25.961,4	26.781,6	26.836,1	30.746,9	30.922,8	33.589,0	34.753,6	35.920,9	36.651,3	38.412,9	40.515,6	44.888,8
NTN-D	35.460,5	37.820,0	39.204,3	40.709,8	47.277,5	50.921,8	53.710,2	56.073,2	61.936,2	67.138,5	58.089,5	68.963,3	58.734,3
NTN-H	1.704,4	1.286,1	212,6	213,5	173,4	173,7	160,6	161,0	161,3	161,6	162,1	162,4	162,9
NTN-I	2.728,7	1.926,3	1.260,5	1.513,9	1.415,8	1.381,5	1.398,3	1.514,0	1.709,2	2.005,8	1.729,2	1.813,2	1.664,6
NTN-P	11.936,5	11.942,4	12.103,0	4.595,7	4.622,8	4.654,1	4.687,7	4.728,5	4.758,0	2.340,4	2.358,2	2.373,8	2.392,2
CFT-A	11.891,0	11.928,3	11.945,5	11.938,6	11.242,7	11.228,9	11.220,3	11.244,0	11.295,6	11.460,6	11.765,6	11.974,5	12.181,2
CFT-D	2.974,2	2.705,0	1.836,2	1.655,8	1.614,9	1.614,1	2.304,7	2.506,7	2.760,3	3.042,1	3.149,0	3.445,8	3.826,1
Demais	2.402,9	2.320,3	6.920,1	7.081,2	3.991,9	4.015,1	2.277,0	2.393,0	2.432,8	2.925,8	3.158,3	3.492,7	3.445,1
II. Dívida com BACEN	185.994,1	185.442,7	184.285,2	183.390,6	188.741,5	195.354,0	198.004,9	206.932,5	214.242,6	228.630,1	243.843,3	262.377,6	264.469,8
LTN	28.028,8	25.699,9	27.962,0	25.193,8	23.222,7	24.848,0	54.442,5	55.521,0	57.109,4	63.100,0	62.334,0	65.048,6	68.406,5
LFT	46.297,9	46.401,8	46.499,7	47.217,5	47.810,9	53.093,8	54.751,1	57.791,5	57.637,5	62.017,3	101.613,3	102.733,8	106.059,9
LFT-A	62.608,8	63.023,2	63.437,0	63.939,9	64.555,7	64.655,8	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	2.133,1	1.702,1	1.836,1	2.072,1	1.869,9	1.683,1	1.715,6	-	-	-	-	-	-
NTN-D	46.310,0	47.999,4	43.933,4	44.349,0	50.664,2	50.455,0	87.091,0	93.615,3	99.490,9	103.508,0	76.030,5	90.648,2	85.266,7
Demais	615,4	616,2	616,9	618,4	618,0	618,3	4,7	4,7	4,8	4,8	3.865,5	3.947,1	4.736,7
Dívida em Mercado/PIB	41,7%	41,8%	42,5%	42,9%	43,4%	42,8%	43,8%	43,9%	44,2%	46,4%	44,2%	44,8%	43,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Out/2001	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2002
I. INTERNA	-86.768,9	-86.588,2	-87.316,1	-89.598,3	-90.682,0	-92.110,1	-93.046,8	-94.351,2	-95.200,3	-98.067,7	-99.480,4	-101.364,7	-103.398,1
Dívida contratual	655,1	620,4	581,9	597,8	585,3	579,1	585,7	619,1	674,1	785,2	707,8	872,1	813,9
FAT	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5	-73.392,2
Aplicações financeiras	-2.172,0	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2	-2.206,9	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4
Fundos Regionais	-15.630,2	-15.859,5	-16.091,8	-16.362,8	-16.842,7	-17.202,5	-17.514,5	-17.883,8	-18.281,0	-18.625,2	-18.916,2	-19.223,5	-19.676,3
Demais	-6.096,5	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0	-6.299,0	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0
II. EXTERNA	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3
Disponibilidades	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-87.909,2	-87.707,9	-88.299,8	-90.561,4	-91.656,7	-93.059,5	-93.989,6	-95.340,9	-96.204,9	-99.137,6	-100.662,9	-102.491,1	-104.501,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,5%	-7,4%	-7,4%	-7,6%	-7,6%	-7,7%	-7,7%	-7,8%	-7,8%	-8,0%	-8,0%	-8,1%	-8,2%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação (FPM e FPE), apresentaram em outubro acréscimo de 31,8 %, em relação aos valores creditados em setembro. Este aumento foi consequência do bom desempenho da arrecadação do Imposto de Renda decorrente do pagamento de débitos em atraso, desistência de ações judiciais e prorrogação de prazo para os fundos de pensão quitarem o I.R., conforme estabelecido na Medida Provisória 66/2002.

O incremento de 54,9 % observado no período de janeiro a outubro de 2002, quando comparado ao mesmo período de 2001, foi consequência de fatores atípicos, como os já citados acima, e também, depósitos judiciais, I.R. sobre lucro em alienação de títulos públicos por empresas estatais, e outros.

No tocante ao IPI-Exportação, os valores ficaram abaixo da estimativa inicial divulgada. Os dados iniciais consideraram a previsão desta Secretaria em 04/10/2002, que indicavam aumento de cerca de 18% em relação ao mês anterior. O incremento de 4,9 % em relação ao mês anterior, decorreu basicamente do aumento da arrecadação do IPI vinculado à importação e do IPI-Bebidas.

Com vistas ao cumprimento do disposto na Portaria nº 447, de 13 de setembro de 2002-DOU de 18/09/2002, informamos que o repasse dos Fundos de Participação a ser creditado no dia 10 de janeiro de 2003 refere-se à arrecadação do I.P.I. e do I.R. do período de 21 a 31 de dezembro de 2002, devendo ser contabilizado como receita do exercício de 2002.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	OUT	SET	JAN A OUT	OUT/02 SET/02	OUT/02 OUT/01	JAN A OUT/02 JAN A OUT/01
2001	1.405,5	1.470,7	14.418,5	-	-	-
2002	2.176,5	1.651,7	18.067,6	+31,8%	+54,9%	+25,3%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	OUT	SET	JAN A OUT	OUT/02 SET/02	OUT/02 OUT/01	JAN A OUT/02 JAN A OUT/01
2001	1.343,0	1.405,3	13.777,7	-	-	-
2002	2.079,7	1.578,3	17.264,6	+31,8%	+54,9%	+25,3%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

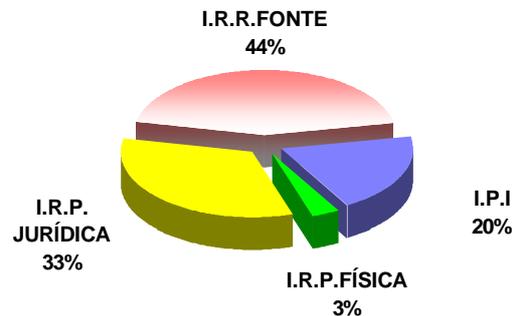
De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **outubro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/10, 18/10 e 30/10**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
OUT	+18,0 %	+31,8 %	+18,0 %	+31,8 %	+18,0 %	+4,9 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **outubro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

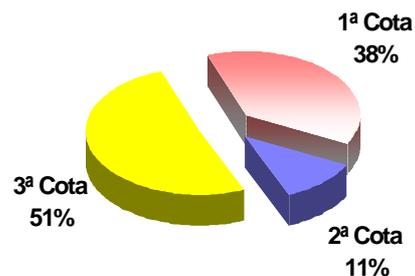
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



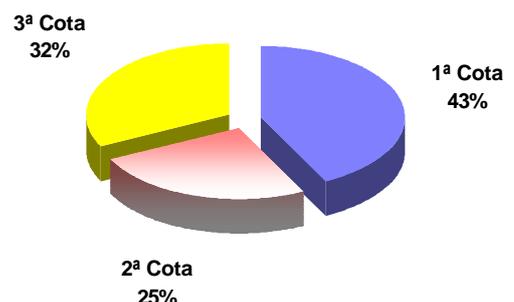
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de setembro a 20 de outubro, conforme demonstrativo abaixo: R\$

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Set	531,9	4.753,7	5.285,6						
OUT/2002	1.620,7	7.289,1	8.909,8	OUT/2002	9.673,2	1.767,8	1.850,0	138,6	662,9
1º Dec./Out.	690,5	2.698,2	3.388,7	3º Dec./Set.	5.285,6	965,9	1.010,9	45,2	356,8
2º Dec./Out.	408,1	590,8	998,9	1º Dec./Out.	3.388,7	619,3	648,1	58,7	234,0
3º Dec./Out.	522,0	4.000,1	4.522,1	2º Dec./Out.	998,9	182,5	191,0	34,7	72,0

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	10.181,13	60.475,79	14,03	12.516,32
AL	43.930,70	73.541,45	136,13	21.169,53
AM	25.880,64	49.328,16	3.930,61	14.463,75
AP	7.006,84	60.316,69	31,90	12.087,08
BA	167.719,80	166.104,23	8.111,99	72.406,63
CE	93.936,81	129.700,32	1.640,31	40.559,59
DF	4.463,04	12.201,22	3,10	3.341,38
ES	32.861,76	26.516,71	6.180,33	13.675,61
GO	69.148,42	50.259,78	970,11	21.902,67
MA	74.706,14	127.601,96	1.657,81	45.554,37
MG	240.875,13	78.745,80	18.003,90	65.956,46
MS	27.710,84	23.546,84	828,79	9.801,74
MT	35.263,93	40.798,62	757,82	14.515,47
PA	67.111,43	108.046,77	6.646,58	38.455,09
PB	59.739,52	84.657,26	351,18	25.685,80
PE	95.328,20	121.980,42	903,57	36.878,65
PI	45.857,31	76.392,89	162,63	23.387,81
PR	125.445,05	50.968,66	14.977,01	38.756,39
RJ	54.953,83	27.006,39	8.817,02	18.917,29
RN	45.826,22	73.856,12	430,13	21.375,24
RO	16.712,34	49.773,64	153,04	11.883,04
RR	8.831,90	43.853,34	10,26	9.318,10
RS	125.368,78	41.627,71	22.967,01	38.454,47
SC	72.871,36	22.624,06	13.075,34	20.933,92
SE	26.705,49	73.456,60	93,20	17.815,87
SP	246.042,48	17.677,81	27.718,44	65.954,13
TO	28.178,97	76.721,69	19,96	18.554,29
TOTAL	1.852.658,06	1.767.780,94	138.592,20	734.320,71

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	NOV/OUT	DEZ/NOV	JAN/DEZ
FPM	-19,0 %	-4,6 %	+6,1 %
FPE	-19,0 %	-4,6 %	+6,1 %
IPI-EXP	+ 5,0 %	+7,7 %	-10,6 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Dez/2001	25/01/02	Mai/2002	21/06/02
Jan/2002	21/02/02	Jun/2002	31/07/02
Fev/2002	27/03/02	Jul/2002	21/08/02
Mar/2002	29/04/02	Ago/2002	24/09/02
Abr/2002	28/05/02	Set/2002	28/10/02

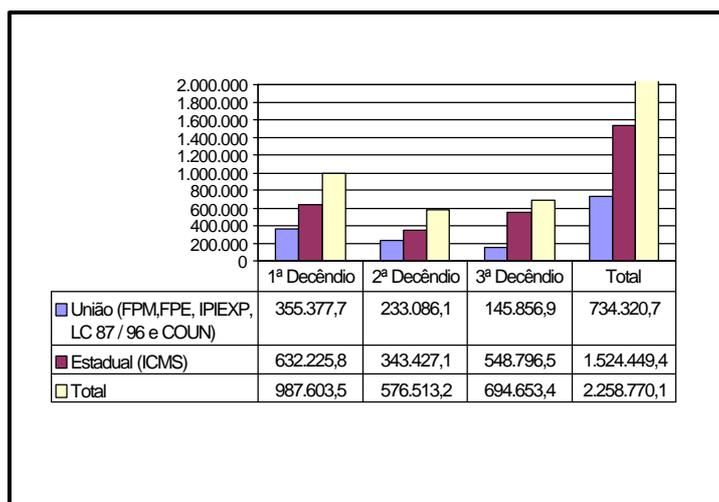
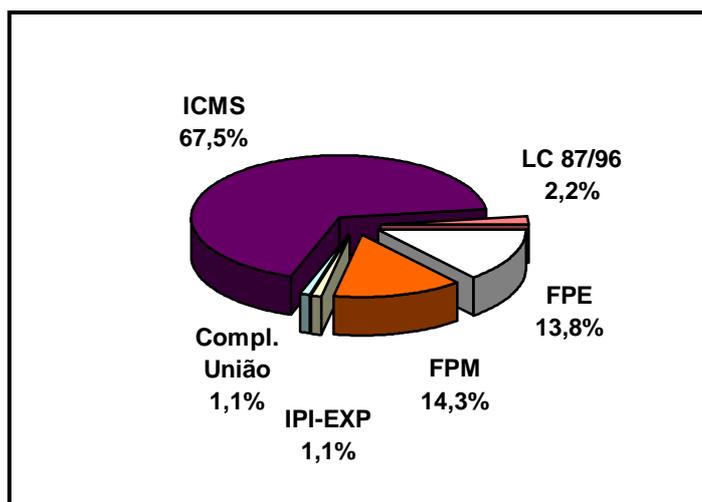
Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: stncofin@fazenda.gov.br

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - OUTUBRO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	138.714	10.672,2	1.796,7	2,5	0,0	45,0	2.264,7	14.781,0	106,6	888,5
AL	675.161	12.977,9	7.752,5	24,0	0,0	415,1	9.369,8	30.539,3	45,2	381,9
AM	666.430	8.705,0	4.567,2	693,6	0,0	498,0	35.754,5	50.218,3	75,4	536,8
AP	119.101	10.644,1	1.236,5	5,6	0,0	200,8	2.104,6	14.191,7	119,2	1.000,9
BA	3.523.271	29.312,5	29.597,6	1.431,5	10.228,7	1.836,3	69.960,3	142.366,9	40,4	349,8
CE	1.659.062	22.888,3	16.577,1	289,5	0,0	804,8	44.992,4	85.552,0	51,6	382,7
DF(2)	311.758	2.153,2	787,6	0,5	0,0	400,1	0,0	3.341,4	10,7	91,1
ES	521.063	4.679,4	5.799,1	1.090,6	0,0	2.106,4	23.448,1	37.123,7	71,2	665,4
GO	998.390	8.869,4	12.202,7	171,2	0,0	659,5	40.695,7	62.598,3	62,7	548,0
MA	1.531.967	22.518,0	13.183,4	292,6	8.730,9	829,5	15.371,2	60.925,6	39,8	342,5
MG	3.325.229	13.896,3	42.507,3	3.177,2	0,0	6.375,7	128.129,9	194.086,3	58,4	522,6
MS	427.869	4.155,3	4.890,1	146,3	0,0	610,0	16.992,9	26.794,6	62,6	579,9
MT	562.866	7.199,8	6.223,0	133,7	0,0	958,9	27.236,9	41.752,4	74,2	649,5
PA	1.543.112	19.067,1	11.843,2	1.172,9	4.215,9	2.156,0	23.745,1	62.200,2	40,3	351,5
PB	796.203	14.939,5	10.542,3	62,0	0,0	142,0	14.166,4	39.852,2	50,1	414,3
PE	1.578.289	21.526,0	14.527,1	159,5	0,0	666,2	37.272,9	74.151,6	47,0	394,0
PI	745.608	13.481,1	8.092,5	28,7	1.636,5	149,0	6.066,9	29.454,7	39,5	355,7
PR	1.570.158	8.994,5	22.137,3	2.643,0	0,0	4.981,6	80.553,0	119.309,4	76,0	655,9
RJ	2.008.532	4.765,8	9.697,7	1.555,9	0,0	2.897,8	129.983,1	148.900,4	74,1	714,7
RN	579.231	13.033,4	8.087,0	75,9	0,0	178,9	14.239,9	35.615,2	61,5	516,6
RO	299.212	8.783,6	2.949,2	27,0	0,0	123,2	10.024,8	21.907,8	73,2	574,7
RR	72.178	7.738,8	1.558,6	1,8	0,0	18,9	1.588,2	10.906,3	151,1	1.276,3
RS	1.580.781	7.346,1	22.093,3	4.053,0	0,0	4.962,1	106.571,9	145.026,4	91,7	814,8
SC	890.468	3.992,5	12.859,6	2.307,4	0,0	1.774,4	54.415,3	75.349,2	84,6	731,8
SE	393.510	12.962,9	4.712,7	16,4	0,0	123,8	9.044,1	26.859,9	68,3	586,5
SP	5.347.539	3.119,6	42.622,4	4.891,5	0,0	15.320,6	614.871,8	680.825,9	127,3	949,9
TO	286.388	13.539,1	4.972,8	3,5	0,0	38,9	5.585,2	24.139,5	84,3	711,9
Total	32.152.090	311.961,3	323.816,4	24.457,4	24.812,0	49.273,5	1.524.449,5	2.258.770,2	70,3	583,3

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.